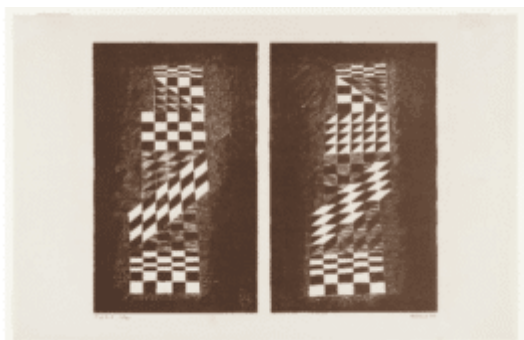


## Alain Badiou - os diferentes regimes de discurso - II



Por **ROGÉRIO SKYLAB\***

*Considerações sobre o livro "São Paulo: a fundação do universalismo".*

O desencadeamento do estudo de Alain Badiou sobre Paulo, desemboca surpreendentemente no campo de concentração. Recorrendo a Primo Levi, o campo será visto como produção de diferenças a todo instante, onde o si próprio é uma substância fechada a gerar nomes fechados. Já na predicação paulina, a verdade é resultante de um trabalho e o novo sujeito se identifica à figura do militante.

### 1.

Alain Badiou aborda as diferenças entre Paulo e Nietzsche, ambos ligados ao acontecimento. Mas, segundo Badiou, há uma antecedência de Paulo em relação a Nietzsche, o que leva o filósofo alemão a não perdôá-lo, falsificando-o.

Não seriam rivais no sentido de pensarem diferentemente, mas adversários. Contra a afirmação de Nietzsche na seção 43 de *O Anti-Cristo*, segundo o qual, Paulo teria deslocado o centro de gravidade da vida para o nada, Badiou retoma um fragmento de Paulo: "É aqui e agora que a vida faz sua revanche sobre a morte, aqui e agora que podemos viver afirmativamente".

Ao proceder a essa falsificação deliberada de Paulo, esquecendo inclusive que suas epístolas são anteriores às narrativas evangélicas, Nietzsche acabaria por proceder exatamente como todo teórico da verdade, o qual não acredita que a verdade esteja relacionada à história, ao testemunho ou à memória.

O erro de Nietzsche, no entanto, seria interpretar que o deslocamento do centro de gravidade da existência, em Paulo, tivesse sido em conformidade à morte e ao ódio. Para Badiou, esse deslocamento foi segundo o princípio de sobre-existência, próprio do acontecimento, a partir do qual a vida afirmativa foi restituída e refundada (Nietzsche também teria transferido o centro de gravidade da vida dos homens presos a uma decadência niilista).

### 2.

Sob esse prisma, e sublinhando a anterioridade e invenção de Paulo, a grande política é a história quebrada em duas, Zaratustra é a declaração subjetiva que se apoia em si mesma, e o super-homem, o novo homem como fim da escravidão e afirmação da vida.

### 3.

Vale ressaltar, como característica fundamental do terceiro discurso, o cristão, a sua forma dividida, que porta o universal: "pois vós não estais sob a lei, mas sob a graça". A famosa passagem de Paulo indica uma estrutura na frase que contém uma suspensão e uma afirmação: "não... mas". A partir de uma nova época, o sujeito, em função do acontecimento que abre a via do espírito, passa a ter uma nova constituição: a forma dividida da carne e do espírito, vias subjetivas que têm como objetos, respectivamente, a morte e a vida. Essa estrutura dividida é fundamental porque nem é legalidade convencional e estado particular do mundo por um lado (caso grego e judeu), nem é espírito puro por outro lado (discurso miraculoso).

Com referência a esse último discurso, a graça estabelece um vínculo com a verdade, constituindo uma espécie de habitação última. O que vai constituir singularidade ao discurso cristão seria então sua fuga do estado e a afirmação do devir. Daí o não e o sim. Há uma preocupação, ao dizer "não" à legalidade, de não cair no seu lado oposto, que seria, no

final das contas, uma forma de se reduzir àquilo que antes era negado. Fugir do estado é não cair no perigoso jogo das oposições. Daí o não e o sim de uma estrutura dupla.

## 4.

Há que se estabelecer a diferença entre Heidegger, Paulo e Hegel: no primeiro, estaria sublinhado o estado de coisa ou situação (nesse sentido, nos referimos ao processo de encarnação e à finitude, o ser-para-morte); o contrário disso é o acontecimento, por natureza, irreduzível à morte e, portanto, ligado não à encarnação, mas à ressurreição (aqui é extraído o local, a situação); e, por fim, o pensamento dialético que nega a morte, conservando-a.

Nesse último aspecto, a ressurreição estaria ligada ao Todo Poderoso: momento de autodesenvolvimento do Absoluto. O tempo torna-se fundamental, decisivo, porque os estágios anteriores seriam exigíveis para a espiritualidade se exteriorizar na finitude, conforme o pensamento dialético hegeliano.

O que Alain Badiou sublinha em Paulo, indo na contramão desse pensamento dialético, é uma espécie de concepção laicizada da graça, ligada ao processo da universalidade da verdade: "toda existência pode um dia ser transida pelo que lhe ocorre e, a partir daí se dedicar ao que vale para todos". Nesse sentido, o acontecimento ou a graça, pelo qual somos afetados, não é proveniente da negação anterior. É como se nos viesse, não de um desenvolvimento, mas através de um encontro fortuito, nas cesuras da lei.

Com isso, o acontecimento se desliga da situação. E, conseqüentemente, o sofrimento não é revestido de uma função redentora. As atribulações não têm significação salvadora. O acontecimento em Paulo não é consequência, mas apenas o consolo, a aposta para quem sofre. Diferentemente do pensamento dialético, Paulo não faz propaganda masoquista.

## 5.

Mas se Paulo foge da perspectiva dialética ao divisar a morte como configuração do real pela via subjetiva da carne, e, portanto, não tendo nenhuma função sagrada, por outro lado, a morte e a vida seriam pensamentos, dimensões emaranhadas no sujeito, e, conseqüentemente, seriam questões de escolha a ser efetuada por esse próprio sujeito. Com isso, para Paulo, a separação platônica corpo e alma, a primeira sendo mortal e biológica, e a segunda, expressão da vida e sobrevivendo ao corpo, perdem ressonância. Corpo e alma lhe são indiscerníveis. Essa separação substancial, para Paulo, perde o sentido. O que existe é o sujeito: a ressurreição do corpo é a ressurreição do sujeito. E se há duas vias subjetivas, morte e vida, carne e espírito, são maneiras de ser no mundo.

## 6.

Imanentar as condições do acontecimento não significa torná-lo necessário. Porque o acontecimento é graça incalculável. Daí a igualdade com Deus que a morte de Cristo propicia, entra na composição do acontecimento, mas não é o acontecimento. Este, para sê-lo, extrai o local mortal.

A morte, vista sob essa perspectiva, da igualdade e da filiação, rompe então com a transcendência radical do pai, criando o local pertinente ao acontecimento. É a isso que Paulo chamará de reconciliação. Mas a ressurreição de Cristo é a invenção de uma nova vida pelo Homem. Existe então uma diferença e uma não contém a outra; podemos dizer, no máximo, que uma se infere da outra. A morte de Cristo faz com que a ressurreição de Cristo, isto é, o acontecimento propriamente dito, seja destinado a situação subjetiva do homem. Mas destinar não significa ser. A ressurreição de Cristo não contém a sua morte.

## 7.

A lei e o acontecimento exprimem a exceção e o excesso. No primeiro caso, Deus, que Alain Badiou denomina "Um" falacioso, somente é designado àqueles que reconhecem e praticam as injunções que a lei enuncia. Com isso, o um divino é objetivado, designando uma particularidade e, conseqüentemente, sua unidade é decomposta e se ausenta. A lei é sempre predicativa, particular e parcial; a salvação, nesse caso, está à mercê das obras precitadas por ela e só é conseguida se houver merecimento. Com isso instaura-se uma abordagem jurídica ou contratual do sujeito: o que fundamentam um homem são os seus direitos ou o que lhe é devido. Os direitos humanos têm aqui sua inscrição.

A salvação, no entanto, pode advir da graça, da gratuidade do acontecimento. Neste caso, não é prescrita: é incalculável. Aqui, o um divino deixa de designar uma particularidade, destinando-se a todos, sem exceção, porque não tem nenhuma lei que o restrinja. A universalidade, portanto, tem relação com a unicidade que não foi decomposta nem foi objetivada. Só

pode se destinar a todos, só pode ser universal, o que é uno (ao invés dessa unicidade nos levar à especulação sobre a substância na filosofia grega, ou sobre o ser supremo no discurso judaico, em Paulo nos remete à destinação).

Essa gratuidade do acontecimento é subjetivado como fé. O que importa aqui não são as obras prescritas pela lei e realizadas pelo homem, fundamentando seus direitos, mas a declaração do acontecimento através da fé, de maneira gratuita tal como foi o acontecimento. A salvação aqui não vem como um direito humano, mas como dom.

A diferença, então, entre a boa obra e o acontecimento, ambos demasiadamente humanos, é que a primeira é nomeada, controlada e enumerada pela lei; já o acontecimento não tem predicado, é singular e sem número (nada o controla e, por isso mesmo, excede a si próprio - vive sob o regime do excesso).

## 8.

Por isso, um lance de dados jamais abolirá o acaso. O pensamento emite o lance de dados, ele é o próprio lance de dados. E, no entanto, não consegue pensar até o fim o acaso que dele resulta. Isso porque o acaso é excessivo sobre o próprio pensamento que o condiciona. Entretanto, o acaso foi retirado do pensamento. Talvez, possamos então pensar o acaso como o acontecimento extraído, vindo a tornar ativo esse próprio pensamento.

## 9.

Há que se considerar duas doutrinas do múltiplo: uma multiplicidade marcada pelo predicado do seu limite, que é representado pelo mandamento da lei (nesse caso, a lei comanda uma multiplicidade mundana predicativa, dando a cada parte do todo o que lhe é devido); e uma outra espécie de multiplicidade que excede o seu próprio limite, impedindo assim que seja representada como totalidade (não só excede a si mesma como às distribuições fixas da lei).

O pecado só é possível dentro do regime da multiplicidade mundana: a lei proíbe o objeto, o desejo transgride, tornando-o objeto de desejo. Essa autonomia do desejo em relação ao sujeito, que é consequência da lei, criando uma espécie de automatismo da repetição, próprio do inconsciente, veio a produzir a impotência: a incapacidade do pensamento vivo prescrever a ação. A lei, portanto, regendo essa espécie de multiplicidade, a que damos o nome de mundana, viria a produzir o descentramento do sujeito, antes, pleno: o saber e a vontade de um lado, e o fazer e agir do outro; a vontade e o eu do lado da morte; o pecado e o desejo do lado da vida. A interpretação lacaniana do cogito ressoa essa mesma situação de uma existência sob a lei: onde penso, não estou lá; e onde estou, não penso.

O discurso cristão, através da ressurreição de Cristo, reorganizaria essa divisão, sob o signo do acontecimento: nesse caso, o sujeito é reativado à serviço da verdade (o pensamento é sustentado na potência do fazer), impedindo-lhe o repouso; e a morte passaria a estar do lado do desejo inconsciente. Nessa reorganização sob o regime de uma outra espécie de multiplicidade, a excessiva, a via trans-literal, que não confere prescrição à salvação e que é propriamente a via do pensamento, torna-se ativa.

Daí porque é o acaso, enquanto acontecimento, que torna ativo o pensamento.

## 10.

Alain Badiou vai sublinhar o paralelo entre acontecimento e verdade, assim como a diferença entre fé e amor. Sob o signo da lei, o sujeito havia se exilado na forma fechada do Eu, o que proporcionava uma separação entre o pensar e o fazer (fazia-se o que não se pensava em função da autonomia do desejo).

Restaria pensarmos uma outra espécie de lei, não mais atrelada a mandamentos legais (nem à carne, nem à situação) mas ao espírito. Uma lei, portanto, universal. Para tanto, essa lei, não literal, porque não prescreve a situação através de ritos ou pessoas, isto é, sem a forma negativa dos mandamentos, tem uma máxima única: "ame teu próximo como a ti mesmo". Pura afirmação, essa lei de ruptura com a lei convencional, é antecedida pela força do amor, que vem lhe atestar.

Haveria, então, uma antecedência a essa nova lei: a força do amor, que é uma força subjetiva, fazendo do pensamento uma potência. A fé prescreve a possibilidade, mas o amor a realiza. A diferença entre ambos talvez seja a mesma entre situação e salvação. O homem é justificado pela fé (a fé é o espaço de uma libertação; mas ela é, por si só, incapaz de efetuar a libertação). A fé é a declaração de uma possível potência do pensamento, aliás, é da essência da fé declarar-se publicamente: convicção declarada. Nesse sentido, o sujeito que encontra a unidade viva do pensamento e do fazer, difere-se completamente do sujeito místico, porque, para este, sua convicção íntima não precisa ser declarada.

O que a máxima da nova lei vai expressar é justamente essa subordinação à fé. Entretanto, essa subjetivação pela fé, há que sofrer o desdobramento para todos. São esses dois momentos que fazem parte dessa nova organização subjetiva: (1) a fé e o amor (o amor próprio como consequência da ressurreição; (2) o desdobramento desse amor, pela convicção, para todos – essa última sendo a dimensão militante de toda verdade).

A fidelidade da verdade ao acontecimento advém, portanto, da sua universalidade, que é o que a faz existir no mundo, e cuja forma subjetiva é o amor. Dimensão militante e processo subjetivo da verdade.

Talvez pudéssemos concluir, aqui, dizendo que a destinação para todos é o que faz a verdade ser militante: a materialidade do universalismo é a dimensão militante de toda verdade. Enquanto que o seu processo subjetivo é o amor.

## 11.

Cabe sublinharmos mais um elemento, além da fé e do amor, que vai constituir com ambos a nova organização subjetiva: a esperança.

A esperança, enquanto energia militante, não vai se revestir, nessa nova organização, de uma esperança de recompensa. Se o fosse, estaria realinhada ao objeto. Porque a esperança de uma justiça distributiva, expressa no juízo final, própria da doutrina objetivante clássica, vislumbraria sempre recompensados e fulminados. A essa vitória objetiva, Paulo se contrapõe, acenando a figura do desinteresse: a esperança não espera nada; é apenas paciência, resistência e fidelidade. Ou seja, a esperança no sujeito, permaneceria atrelada ao subjetivo puro, à vitória subjetiva.

Dentro dessa nova perspectiva, o inimigo não é um objeto a ser fulminado, assim como a igreja ou o sindicato não seriam os objetos vencedores. O inimigo é uma via do pensamento, figura subjetiva da morte, co-presente no destino universal do amor, não instruindo nenhuma divisão judiciária entre salvos e condenados.

## 12.

A função mais importante da esperança nessa nova configuração subjetiva, seria de articular o singular e o universal. E dessa forma, estabelecer uma unidade subjetiva (a esperança é a subjetividade dessa unidade). A singularidade, aquilo que faz me identificar como sujeito, meu amor próprio, meu pensamento, tudo isso que daremos o nome de fé, é algo que age. Não é uma fé que espera e acredita no futuro, na justiça. Mas essa abertura à verdade seria insuficiente se não fosse destinada a todos, e isso só se realiza através da força do amor. Pensamento e força vão se articular através da esperança, na medida em que vão se exercitar no aqui e agora. A prova não tem o sentido da aflição que será recompensada no futuro, mas a tenacidade do amor. A esperança é, portanto, esse exercício diário do aqui e agora, a universalidade prática do amor na prova do real. Por isso, para Paulo, a esperança não engana.

Interessante observarmos que, para Jacques Lacan, a angústia não engana porque resultado de um excesso de realidade. Já em Paulo, o que não engana, a esperança, não é o resultado do real, mas o que o indica. A esperança é esse aqui e agora, articulando pensamento e força, o singular e o universal, concedendo a unidade da nova configuração subjetiva.

## 13.

Sem a instância do universal, o singular se torna apenas particular, ou seja, uma questão de número. Constituído pela lei, esse particular vai estar inserido na via subjetiva da morte.

## 14.

Diante do acontecimento, assim como diante do momento pós-acontecimento, qual seja, o do procedimento da verdade, nos vemos bifurcados entre o diferente e o mesmo. E nesse sentido, é através dessa dupla convicção, que o discurso cristão, via predicação paulina, vai se estabelecer. Ele se diferencia, ao mesmo tempo, do sectarismo moralizante, baseado em costumes e opiniões, assim como se diferencia da perspectiva filosófica. O procedimento da verdade vai herdar esse universalismo instaurado por Paulo: a opinião é externa e compatível ao trajeto da verdade (para a filosofia, a opinião é externa e incompatível, enquanto que, para o moralista, é interna ao projeto da verdade).

Quando Paulo se insurge contra as duas grandes referências históricas da época, o discurso filosófico e o discurso judaico, na verdade, ele se põe a instaurar as bases do universalismo. Isso não significa abolir a particularidade judaica, nem desconsiderar o velho testamento, muito presente em seus textos. Na *Epístola aos romanos*, capítulo 2, versículo 10, está transcrito “Glória, honra e paz para qualquer um que faz o bem, para o judeu em primeiro lugar, em seguida para o grego”.

Ou seja, o lugar dominante da diferença judaica é mantida, mas não há submissão da universalidade pós-acontecimento a essa particularidade. É importante sublinhar esse aspecto para diferenciarmos a predicação paulina, base do discurso cristão e universalista, dos dois tipos de discursos que prevaleciam na época.

A desconsideração da situação por parte da filosofia e a desconsideração do “para todos” por parte do discurso judaico, são abandonadas por Paulo. Seu trabalho pós-acontecimento, entretanto, não abole as referências citadas, apenas efetua um deslocamento, enquanto que no evangelho de João, bem posterior às epístolas de Paulo, se reinstaura o regime diferenciador das exceções e das exclusões. Em Paulo, nem a causa secundária (distribuição de responsabilidades), nem a causa essencial (a teologia trinitária) são contempladas.

## 15.

A força do universal sobre a diferença como diferença, vale ser conferida no trabalho realizado por Paulo porque não há como desconsiderar a igualdade na perspectiva do universalismo. É a técnica do contrapeso de Paulo: ele nunca vai entrar numa controvérsia sem saída, discordando de um rito cultural; mas, em contrapartida, ele neutraliza a desigualdade do rito, através do que Badiou chama de “simetrização segunda”: a uma diferença cultural, ele complementa com outra diferença, neutralizando a desigualdade. Conforme a primeira epístola aos coríntios, capítulo 7, versículo 4, “a mulher não tem autoridade sobre seu corpo e sim o marido”; mas o texto continua “e, paralelamente, o marido não tem autoridade sobre seu corpo e sim sua mulher”.

Ao invés de obrigações unilaterais, Paulo instaura as obrigações simétricas, estabelecendo um igualitarismo universalizante, forma essa de reconhecer o universal pelo diferente. Em outras palavras, é uma das formas como o universal se apresenta. Na música, a mesma melodia não poderia ser reconhecida se não fossem os diferentes timbres. É assim que a verdade atravessa todas as diferenças, neutralizando a desigualdade. Mas na universalidade da declaração do acontecimento está a forma do universal sobre a diferença como mesmo.

A força do universal se apresentaria então sob essas duas perspectivas: como diferente e como mesmo; como mundo e como acontecimento.

## 16.

O corte que Paulo estabelece não diz respeito ao conteúdo explícito da doutrina cristã, mas à asserção mitológica da ressurreição, esse enunciado narrativo que mais tem a ver com a fábula do que com um acontecimento real. Isso dá aos seus discursos uma característica própria que os diferenciam tanto da Filosofia quanto das práticas com as quais se identificam a arte, a ciência, a política e o amor. Para estas, o que se evidencia é a produção de um universal que vai estar atrelado aos procedimentos de verdade efetivos ou reais. Já para a Filosofia, a questão está em forjar a categoria da verdade, ou seja, as categorias gerais do universalismo.

O corte que Paulo estabelece será de natureza teórica - não lhe interessa nem as categorias gerais do universal, nem a produção desse universal atrelado ao real, mas as leis da universalidade em geral: o pensamento universal, ligado que está ao acontecimento singular e fictício, se efetua como força (não há diferença entre dizer e fazer, ou, entre pensamento e força) e se destina a todos. Nesse sentido, o universalismo, e sua origem fictícia o prova, é uma produção subjetiva absoluta. Parte-se das alteridades para se produzir o Mesmo e o Igual.

Sua origem é o acontecimento enquanto graça supranumerária para toda particularidade (singular), e o resultado do procedimento de verdade se sustenta por si só, independentemente do Tribunal ou da Crítica (nesse caso, nem é judicativo, nem predicativo) - o que vem estabelecer o sujeito militante da verdade, como contraponto ao sujeito transcendental ou substancial. A verdade é resultado de um trabalho.

## 17.

Por isso, o pensamento jamais espera o acontecimento. Já que o pensamento se efetua como força, ele é sempre atual, operante. Enquanto tal, foge da conformação. Aqui cabe fazer uma distinção: o universalismo, que Paulo estabelece as fundações, nada tem a ver com a dialética; não se trata de negar o particularismo; o universal é o encaminhamento de uma distância concernente a uma particularidade sempre subsistente. Viver com o século mas sem deixar se conformar. E a renovação está sempre no pensamento.

## 18.

Alain Badiou, ao se insurgir contra o argumento de que o universalismo como produção do Mesmo, teria produzido o campo de concentração, em que cada um não sendo mais do que um corpo à beira da morte é absolutamente igual a qualquer outro, demonstra a impostura de tal argumento recorrendo a Primo Levi. Segundo este, o campo produz diferenças a todo instante e a diferenciação incessante do ínfimo é a tortura. Pois essa produção incessante de diferenças a que o campo dá vazão obedeceria à lei do diferente, à lei da exclusão que delimita a raça superior como diferença absoluta. Neste caso, o “como a ti mesmo” não se deixa projetar em lugar algum, é uma substância fechada a gerar nomes fechados, atribuindo predicados e valores hierárquicos a subconjuntos particulares.

No discurso cristão, cujas bases são estabelecidas por Paulo, a produção do Mesmo é interna à lei do Mesmo, segundo a qual, o militante da verdade identifica-se, como qualquer outro, a partir do universal: “ame o outro como a ti mesmo” – substância que se abre, em detrimento a sua própria particularidade. Os nomes se declinam e se declaram em todas as línguas, através de todas as diferenças – nome anterior à torre de babel, mas que circula por ela; nomes como “esperança”.

**\*Rogério Skylab** é ensaísta, cantor e compositor.

Para ler a primeira parte do artigo clique em [https://aterraeredonda.com.br/alain-badiou-os-diferentes-regimes-de-discurso/?doing\\_wp\\_cron=1645905687.5408229827880859375000](https://aterraeredonda.com.br/alain-badiou-os-diferentes-regimes-de-discurso/?doing_wp_cron=1645905687.5408229827880859375000)

## Referência

Alain Badiou. *São Paulo: a fundação do universalismo*. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo, Boitempo, 2009, 142 págs.